

## DISCURSOS DO AGRONEGÓCIO NA MÍDIA BRASILEIRA\*

### DISCOURSES OF AGRIBUSINESS IN THE BRAZILIAN MEDIA

ALVES FILHO, Manoel Sebastião<sup>1</sup>  
UFSCar/FAPESP

PIOVEZANI, Carlos<sup>2</sup>  
UFSCar/CNPq

**Resumo:** O trabalho pretende analisar discursos sobre a operação da Polícia Federal batizada de “Carne Fraca” produzidos pela mídia brasileira e materializados em textos de gênero jornalístico em jornais e revistas de circulação nacional. Para melhor compreendê-los, inclui a análise de publicidades produzidas pelo próprio agronegócio brasileiro. Com base na Análise do Discurso de linha francesa derivada de Michel Pêcheux e em contribuições de Michel Foucault, buscaremos identificar o que se diz sobre a produção do setor e como foram formulados os enunciados a seu respeito durante o período de efervescência do acontecimento. Para tanto, analisaremos uma reportagem produzida pelo *EL PAÍS* e intitulada de “Operação Carne Fraca: o esquema podre que ronda os frigoríficos no Brasil”, uma edição da Revista *VEJA* intitulada de “A implosão da carne: como a imprudência da Polícia Federal atingiu em cheio um dos maiores negócios do Brasil”, e dois slogans costumeiros da indústria: “Friboi: carne confiável tem nome” e “Presunto é Sadia”.

**Palavras-chave:** Análise do discurso. Agronegócio. Mídia.

**Abstract:** The paper intends to analyze discourses about the operation of the Federal Police called “Carne Fraca” produced by the Brazilian media and materialized in journalistic genre texts in national newspapers and magazines. To better understand them, it includes the analysis of advertisements produced by the Brazilian agribusiness itself. Based on the French discourse analysis derived from Michel Pêcheux and Michel Foucault's contributions, we will seek to identify what is said about the production of the sector and how the statements were formulated about it during the period of effervescence of the event. To do so, we will analyze a report produced by *EL PAÍS* and titled “Operação Carne Fraca: o esquema podre que ronda os frigoríficos no Brasil”, an edition of the *VEJA* Magazine titled “A implosão da carne: como a imprudência da Polícia Federal atingiu em cheio um dos maiores negócios do Brasil” and two usual industry slogans: “Friboi: carne confiável tem nome” and “Presunto é Sadia”.

**Keywords:** Discourse analysis. Agribusiness. Media.

### Introdução

Na manhã do dia 17 de março de 2017, a Polícia Federal lança uma nota em seu site deflagrando a “Operação Carne Fraca”. O título da nota é o seguinte: “PF desarticula esquema

---

\* Este artigo apresenta resultados parciais da dissertação “Homem, Animal, Indústria: uma análise discursiva do agronegócio brasileiro”, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Pesquisa contígua está sendo agora realizada em nosso doutorado, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP [Processo nº 2019/17099-6].

<sup>1</sup> Doutorando no PPGL da UFSCar. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP [Processo nº 2019/17099-6]. [manoel.filho2@hotmail.com](mailto:manoel.filho2@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. [cpiovezani@hotmail.com](mailto:cpiovezani@hotmail.com)

criminoso envolvendo agentes públicos e empresários”. Entre o que é dito, o órgão faz um breve recenseamento das ilegalidades que motivaram a intervenção: se tratou de descobrir que agentes públicos responsáveis pela fiscalização da produção do agronegócio, mediante propina, facilitavam a comercialização de produtos de origem animal adulterados emitindo certificados sanitários. A operação logo se tornou uma polêmica de nível mundial e o tema foi evidenciado pela mídia. Diversos canais de comunicação emitiram juízos sobre a operação e os seus efeitos em sociedade. Os discursos construídos a este respeito percorreram dois temas principais: a corrupção no setor e a qualidade de seus produtos. É peremptório dissociar um do outro, condenando atos de ilegalidade da máquina pública e salvaguardando um importante setor da economia. Para tanto, a constituição de dizeres e de efeitos de sentido se materializam através de diversas estratégias. Elas se inter cruzam com as publicidades produzidas pelo setor e veiculadas também pela mídia. Este trabalho pretende descrever e analisar algumas destas materialidades discursivas. Partindo da repercussão da nota, avaliamos uma reportagem do *EL PAÍS* intitulada de “Operação Carne Fraca: o esquema podre que ronda os frigoríficos no Brasil”; uma matéria da Revista *VEJA* intitulada de “A implosão da carne: como a imprudência da Polícia Federal atingiu em cheio um dos maiores negócios do Brasil”; e duas publicidades: “Friboi: carne confiável tem nome” e “Presunto é Sadia”. Investigaremos o que se disse sobre a produção do agronegócio e como foram formulados os enunciados a seu respeito suscitados pela divulgação da referida nota da operação policial. Nossos pressupostos teóricos e procedimentos analíticos advêm da Análise do Discurso de linha francesa derivada de Michel Pêcheux e de contribuições de Michel Foucault extraídas de textos dedicados à noção de discurso<sup>3</sup>.

### **Publicidades da Friboi e da Sadia**

A Friboi, em publicidades cotidianas, criou e popularizou o seguinte slogan:

*Friboi, carne confiável tem nome.*

A expressão *Friboi* no início do enunciado coloca em evidência a marca atrelada à indústria. Se a menção aos produtos que ela fabrica constasse no início, o caráter distinto da empresa perderia força, uma vez que o setor de alimentos com base em origem animal é rico em concorrentes. A sua produção não é exclusividade. Para distinguir esta exclusividade é necessário que o enunciado evidencie o capital simbólico que é a marca e o imaginário que

<sup>3</sup> Cf. Foucault (2008, 2000, 2014) e Pêcheux (1997, 2006).

ela desperta na coletividade. A carne, seu principal objeto de comércio, é confiável, desde que investida desse nome e do que ele representa em termos de qualidade, da criação do gado até chegar à mesa do consumidor. A confiança associada ao nome da empresa abre o pressuposto de que outras carnes são questionáveis. O slogan é geralmente apresentado com uma breve exposição imagética, no caso das publicidades de televisão. Tony Ramos foi escolhido como garoto propaganda da marca. Ramos, ator consagrado da maior rede de televisão de todo o país, a Rede Globo, é figura constante em suas novelas há décadas. Na meia-idade, atuou variadas vezes em papéis em que representava chefes de família e/ou fazendeiros, como no caso do Coronel Boanerges em Cabocla. É, portanto, uma imagem associada ao consumo de carne e ao típico homem de família brasileiro, que transmite confiança aos telespectadores ao corroborar com o lema da empresa. Associando o enunciado à figura do ator, as publicidades criam diversos contextos que sedimentam a posição pretendida. Em um deles, Ramos surge mostrando a linha de produção da empresa: tudo está limpo, os trabalhadores vestem branco e trabalham com satisfação; os uniformes brancos incrementam o efeito de sentido de limpeza e organização dos procedimentos. Em outro, o ator finge abordar pessoas em um supermercado que afirmam conhecê-lo bem pela sua competência como ator e confiam em sua integridade associada à marca: se recria uma intimidade do ator com cada família brasileira, intimidade constituída com anos de teledramaturgia; os brasileiros já são próximos de um sujeito que está sempre presente em suas casas, mesmo em suas refeições, na forma de imagens projetadas por seus televisores. A Friboi usou ainda o cantor Roberto Carlos, confessadamente vegetariano por pelo menos trinta anos, para produzir outro de seus comerciais. No vídeo, Roberto está em uma mesa de restaurante com amigos e um garçom traz dois pratos: um com carne e outro apenas com legumes. Como as declarações do cantor sobre a sua dieta são de conhecimento público, o garçom supõe que o prato vegetariano é o dele, enquanto serve o de carne para outra pessoa da mesa. O cantor o corrige, informando que o seu prato é, na verdade, o que está com a carne. O garçom, surpreso, lhe pergunta se ele voltou a comer carne, ao qual ele replica dizendo que sim, e continua: “mas essa carne é”... E o garçom completa a sua fala: “É Friboi, claro”. Com o ar jocoso de quem ouviu na fala do garçom uma obviedade, o cantor olha para os amigos e diz, ainda: “Com certeza, Friboi”. Todos riem e toca a sua música “Eu voltei agora pra ficar”.

Outra produtora de alimentos de origem animal é a Sadia, que produziu enunciados tais como:

*Sadia: a vida com S é mais gostosa. Sadia: a vida com S é mais sadia. Presunto é Sadia.*

A expressão *Sadia* no início do enunciado coloca, mais uma vez, a ênfase na marca da empresa. Como já discutimos, a produção de alimentos de origem animal não é exclusividade de uma só companhia. Por isso, se torna necessário criar uma imagem positiva e favorável em torno do nome. O discurso da *Sadia* se alia ao discurso da saúde. A própria morfologia da palavra remete à segunda. Após evidenciar a marca, o enunciado geralmente associa a ela dizeres positivos. A palavra *vida* sugere longevidade, pujança. Mas ela só é possível com o ‘s’ de saúde, de saudável, de *Sadia*. No primeiro enunciado, ela está associada ao prazer de comer bem e, por isso, de gozar ainda mais a existência. Já no segundo, o nome da marca é repetido e amalgamado com o feminino do adjetivo *sadio*, que significa que tem boa saúde, que é bom para a saúde, saudável. No terceiro enunciado, a empresa rompe com a forma canônica de iniciá-lo com o seu nome, mas se aproveita de outras estratégias para fazer jus à mudança enunciativa. Nos anúncios, o slogan “Presunto é *Sadia*” está sempre associado a um contexto determinado. Nele, o consumidor, geralmente uma mulher, inscrita no estereótipo de dona de casa e de quem cuida das refeições familiares, se aproxima de um atendente para comprar presunto. No balcão, estão duas peças: uma destituída de marca, visivelmente descolorida e com aparência ruim; outra de cor forte, com o símbolo da marca. Enquanto para a primeira é suscitado um efeito disfórico, para a segunda ele é eufórico. A compradora, impactada com o aspecto da primeira peça, mas ainda em dúvida, é dissuadida pelo açougueiro, figura investida de autoridade no assunto, a comprar da marca. A publicidade legitima o enunciado de que não basta ser qualquer presunto, ele precisa ser *Sadia*. Depõe a favor da marca como sinônimo de qualidade e de saúde.

### **Reportagem do *EL PAÍS* sobre a “Operação Carne Fraca”**

No contexto de reportagens escritas com a deflagração da “Operação Carne Fraca” pela Polícia Federal, o jornal *EL PAÍS* publicou uma matéria em sua plataforma digital com o seguinte título:

*Operação Carne Fraca: o esquema podre que ronda os frigoríficos no Brasil. A investigação que abalou o setor revela a irresponsabilidade de fiscais ao dar brechas para que produtos insalubres entrem em linha de produção em troca de propina (HERMIDA; MARTÍN, 2017).*

O título já anuncia a que veio: se trata de falar da operação, cujo recorte se fará depois dos dois pontos. A palavra *esquema* remete ao enunciado da Polícia Federal em sua nota sobre o episódio. No entanto, o adjetivo usado pela corporação foi criminoso, circunscrito no

domínio discursivo da lei, da legalidade. O jornal prefere usar o adjetivo *podre*, aludindo ao burburinho sobre a descoberta de carnes vencidas, adulteradas, deterioradas. Mas também está se referindo à podridão como atividade moralmente condenável. O verbo *rondar* significa que espreita, vagueia, perpassa uma vigilância, se move sub-repticiamente. O objeto do verbo é o substantivo frigoríficos e o complemento especifica o país. O subtítulo evidencia, mais uma vez, a investigação, como sujeito de ação. Ligada à investigação está o pronome relativo que associa imediatamente a atuação a um abalo, estremecimento, oscilação no campo. Revela, ou seja, descortina uma irresponsabilidade, associando, novamente, as práticas condenáveis dos agentes públicos ao campo da moralidade. A nomeação da participação dos empresários no esquema é omitida, e a culpa recai inteiramente sobre os fiscais. Mas encontramos indícios dessa participação na continuação do enunciado. A expressão “ao dar brechas” exige que seja a alguém ou a alguma coisa. Ele emprega “produtos insalubres” como sujeito, produzindo a continuidade de um efeito de despersonalização, embora saibamos que um objeto inanimado não entra em linha de produção sozinho, sem ação humana. “Em troca de propina” exige que haja um receptor, como já está reconhecido, mas também aquele que pratique o ato de troca do suborno ilegal.

O corpo do noticiário se inicia com dados acerca da operação da Polícia Federal: a data de sua deflagração, o número de agentes envolvidos, a quantidade de mandatos de prisão e a sua magnitude. Ainda no mesmo parágrafo, marca um senão: a de que a operação recebeu críticas (de terceiros) pela sua excessiva espetacularização, causando queda nas exportações do ramo e afetando a economia. Mencionando a quantidade de páginas do dossiê despachado pelo juiz Marcos Josegrei da Silva, 353 no total, utiliza o documento para se certificar de que não há indícios de que as práticas de corrupção envolvendo o setor do agronegócio estejam generalizadas no país. Cria o efeito de que eram atos isolados e localizados. Nega, ainda na autoridade extraída do documento, que exista alguma menção à existência de papelão usado para recheiar frango, polêmica que logo se pulverizou pelo país, mas cita a menção ao termo “outras substâncias”. Não há especificação dessas substâncias, mas eram usadas, assim como partes diversas de outros animais, para suprir a falta de carne nas peças. É possível encontrar uma marcação do verbo fazer na terceira pessoa do futuro do pretérito do indicativo, gerando um efeito hipotético. Isso se dá quando o texto menciona o testemunho de uma ex-funcionária que afirma que os frigoríficos adulteravam as carnes. Assim, “o frigorífico ainda *faria* uso de carnes estragadas...” suscita incerteza sobre a veracidade do fato. Trata-se, com obviedade, de uma delação que pode ser mentirosa. No entanto, importa menos saber a veracidade da fala da

funcionária do que analisar os recursos enunciativos utilizados pelo periódico para produzir dizeres ou gerar especulações em cima disso. O uso do verbo no pretérito do indicativo amenizou um enunciado que teria um efeito disfórico para o setor industrial. Quando é a fala do juiz que serve de aporte para construção do texto jornalístico e o efeito é eufórico para o agronegócio, os verbos estão no presente, produzindo o efeito de certeza ao que está sendo enunciado, como nos casos: “...*revelam* que não há indícios de que as práticas corruptas sejam comuns em todo o país...”; “O juiz tampouco *menciona* a existência de papelão usado para recheiar o frango...”. Encontramos, ainda neste segundo caso, quando o jornal refere-se à fala do juiz, o uso do verbo desfazer na terceira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo, em “O decorrer dos fatos relatados pelo juiz demonstra também a facilidade com que os fiscais corruptos se *desfaziam* dos colegas...”, mas ainda assim exercendo a mesma função de convencimento. O texto enfatiza atos de corrupção, mas constrói enunciados de caráter amenizador, ao insistir que foram ações restritas. Ou seja, parte de uma disforia para uma euforia. Faz o mesmo em relação à adulteração de produtos alimentícios, relativizando os fatos, evidenciando reveses negativos para a economia brasileira e restringindo a dimensão dos acontecimentos. Percebemos esta permutação também em relação ao título e ao corpo da notícia: enquanto o primeiro fisga o leitor pela gravidade do acontecimento, o outro ameniza os fatos através de uma exposição mais detalhada. Portanto, é possível perceber expedientes discursivos que depõem a favor da indústria, de seu papel na economia, personalizando de forma restrita atos ilegais.

### **Edição 2523 da Revista VEJA sobre a “Operação Carne Fraca”**

A Revista *VEJA*<sup>4</sup> dedicou a capa de uma de suas edições para falar sobre a “Operação Carne Fraca”. A imagem que a ilustra é a de uma vaca em um pasto com o corpo dentro de uma bomba, cujo pavio está aceso. Apenas com a cabeça descoberta, ela olha para o lado de maneira desesperada. O título e o subtítulo da edição estão na bomba, e três enunciados mais específicos estão abaixo:

*A implosão da carne: como a imprudência da Polícia Federal atingiu em cheio um dos maiores negócios do Brasil.*

*Mitos e verdades sobre “papelão” e “ácido cancerígeno”.*

*Como funciona a corrupção nos frigoríficos.*

*A queda brutal e o futuro das exportações.*

<sup>4</sup> A implosão da carne: como a imprudência da Polícia Federal atingiu em cheio um dos maiores negócios do Brasil. **Revista VEJA**: São Paulo, vol. 2523, n. 13, março de 2017.

A imagem da vaca no interior da bomba remete a um instrumento de abate empregado em determinadas situações. Trata-se de uma capsula que cobre o corpo do gado, de forma a deixa-lo imóvel para que seja degolado. Para culturas como a islâmica, o abate animal precisa cumprir critérios ritualísticos, como ser oferecido ao seu deus e em seguida morto de maneira estritamente específica: é conhecido como abate *halal*, que em árabe significa “permitido” pelas leis divinas. O título foi construído com o termo “implosão da carne”, ou seja, causada por um colapso interno. Sem o subtítulo que se segue, poderia gerar o efeito de sentido de que a indústria é o espaço metafórico do verbo implodir, ou seja, é a própria responsável pela sua ruína. Porém, o contorno da implosão de que se fala é o de país: uma imprudente instituição brasileira atingiu um dos maiores campos da economia, afetando o Estado como um todo. Em seguida, adianta três pautas de discussão: a desmitificação de dizeres que, marcados pelo uso das aspas, estão sendo proferidos por outros e disseminados na sociedade; o detalhamento da corrupção nos frigoríficos; o impacto para a economia. Enquanto que para a primeira se trata de esclarecer falsidades, de separar verdade de ilusão em relação à adulteração dos produtos fabricados pelo setor, a segunda trata afirmativamente a corrupção. A adjetivação de “queda” acrescenta um efeito disfórico à capitalização do ramo e, por isso, o futuro das exportações será avaliado pela revista.

No interior dela, o assunto é retomado com a repetição da imagem de capa, mas com outros enunciados. Ela dará início a uma série de reportagens que discutirão diversos pontos do episódio e da indústria:

*A carne nem é fraca, mas o estrago é forte: a operação da PF expôs a corrupção – e não a má qualidade dos frigoríficos brasileiros. As repercussões na economia, porém, foram devastadoras* (BONIN; ALVARENGA, p. 47, 2017).

Estes enunciados evidenciam o que estava inicialmente conjecturado nos dizeres de capa: a carne não é fraca, recusando outros discursos que afirmam a adulteração dos produtos comercializados; mas o estrago é forte, culpabilizando o demasiado alarde da Polícia Federal e a repercussão negativa que o assunto gerou na opinião pública. A operação é sujeito de uma ação que expôs corrupção, mas que não afetou os produtos. Trata-se de reconhecer ações de ilegalidade, mas não de má qualidade na produção. A constatação da corrupção é justificada pela atmosfera de combate a ilegalidade no campo da política e da gestão da máquina pública intensificada pela mídia brasileira, sobretudo quando se tratou de sujeitos ideologicamente afinados com a esquerda. Por outro lado, esta mesma mídia produz, constantemente, discursos positivos e benfazejos a respeito da iniciativa privada. É entusiasta pela movimentação da

economia. E é com essa afinidade que verbaliza a devastação, ou seja, a completa destruição do campo. Na página seguinte, a matéria se inicia remontando a difícil barreira que venceu a indústria ao conseguir autorização recente para comercializar produtos de origem animal nos Estados Unidos e, por extensão, no Japão. Depois de provocar um efeito euforizante, conclui o parágrafo anunciando que, depois da “operação Carne Fraca”, todas essas conquistas estão ameaçadas e diversos países suspenderam importações do ramo. Inclui, ainda, declarações do ministro da agricultura da época, Blairo Maggi, lamentando o episódio e o despencamento do capital movimentado pelo agronegócio. As exportações, segundo o que é enunciado, caíram 99,9%. Focada no campo econômico, a matéria traz dados financeiros e analisa os prejuízos da ação. Traz um mapa em que mostra suspensões nas importações, evidencia o fechamento de frigoríficos e o desemprego causado, e salienta o esforço diplomático que é necessário para reverter a crise. Trata os atos de ilegalidade como pontuais, e afirma que “Em um universo de 5000 mil frigoríficos, as investigações apontam para casos isolados de corrupção envolvendo apenas 21 unidades processadoras”. A palavra universo acrescenta dimensão ao número de frigoríficos existentes no país, enquanto a menção a apenas 21 deles como comprometidos em práticas de ilegalidade conduz ao irrisório. É fundamental inscrever o resultado da operação como um caso de corrupção, e não de saúde pública, livrando da opinião popular a deficiência na fabricação dos produtos.

A segunda etapa da matéria trata da atuação da Polícia Federal e da declaração de seus agentes, com o título de:

*Errou na mosca: fala de delegado faz operação anticorrupção virar catástrofe sanitária. A probabilidade de consumir carne imprópria de frigoríficos suspeitos equivale à ganhar na Mega-Sena (CAMPBELL, p. 50, 2017).*

*Na mosca* é uma expressão do português brasileiro que significa que um determinado alvo foi atingido com precisão. Ligado ao verbo errar, no entanto, o enunciado produz o efeito de um desacerto total. As declarações de membros do corpo policial são responsabilizadas por uma confusão de critérios: para a revista, novamente, se trata de uma agenda anticorrupção, e não um problema sanitário. A fala de um delegado transformou uma questão específica em outra, superestimando a segunda. A comparação entre o risco de consumo de carne adulterada e um eventual acerto em um jogo de apostas de nível nacional, conhecido na sociedade como de difícil concretização, gera um efeito de sentido de que o primeiro é inconcebível. Caso o enunciado se utilizasse de uma comparação numérica, calculada, para estabelecer o sentido desejado, não teria causado a mesma impressão no leitor. Para o imaginário coletivo do povo

brasileiro, ganhar na Mega-Sena é uma esperança, um credo e um tremendo golpe de sorte capaz de mudar a vida de alguém para sempre. No corpo do texto, a matéria comenta a ação da Polícia Federal. Logo em seu começo, um interessante jogo de tempos verbais realça a produção dos enunciados:

*Ela foi* anunciada como uma das maiores operações já realizadas pela Polícia Federal – e *era*. *Seria* o desmonte de uma megaquadrilha de funcionários corruptos alojados no Ministério da Agricultura – e *foi*. *Revelaria* ainda um esquema de comércio de carne adulterada tão generalizado e perigoso que o próprio comandante teria agora “receio” de comprar o produto no mercado – e eis aí o exagero que transformou a Operação Carne Fraca em um mal-entendido de proporções oceânicas e consequências ainda maiores (CAMPBELL, p. 50, 2017).

Este parágrafo trata de como a Polícia Federal anunciou uma série de atividades que a revista trata de julgar. O verbo “foi” inscreve a ação no passado de forma a creditar à polícia o discurso de grande operação. Mas, em seguida, a utilização do verbo “era” produz o efeito de sentido de que a operação pode ter sido gloriosa, mas já não é mais. Não é mais pelo equívoco que causou. O futuro do pretérito do indicativo alça o enunciado seguinte ao nível, como já vimos anteriormente, da suposição. Supostamente *seria* o desmonte de uma megaquadrilha de funcionários públicos, ao que a revista confirma com o uso da forma do verbo no pretérito perfeito. Verbaliza novamente na forma de suposição o que seria um esquema de comércio generalizado de carne adulterada: aqui, minimiza o discurso do órgão como exagerado e um “mal-entendido” que adquiriu proporções e consequências mundiais. Depois de rememorar alguns dados sobre a operação e parabenizá-la pela identificação de corrupção, critica dizeres de alguns integrantes da ação ao tratar do caso. Nomeia Maurício Moscardi Grillo como um dos delegados que, segundo a revista, foi infeliz em suas declarações ao suscitar imprecisão sobre o alcance de carnes adulteradas e ao generalizar a falta de compromisso das empresas com uma produção de qualidade. Depois das declarações, a Polícia Federal, em conjunto com o Ministério da Agricultura, escreveu uma nota “constrangida” em que diz que os resultados do inquérito “não representam um mau funcionamento generalizado do sistema de integridade sanitária brasileiro”.

A terceira etapa da matéria trata de esclarecer os desentendidos em relação às regras da vigilância sanitária:

*Mitos e verdades: perguntas e respostas sobre o impacto para a saúde das substâncias citadas no inquérito da PF – e como a história do papelão do frango foi um papelão. Linha de montagem: nas grandes empresas, o controle é minucioso* (BOTELHO, p. 52, 2017).

A distinção entre mito e verdade separa realidade de ilusão. A saúde é a privilegiada da seção. O termo *papelão* é utilizado em seu sentido de objeto, mas também em seu sentido figurado. O foco desta seção é desmistificar possíveis perguntas acendidas pelas declarações da polícia. A primeira pergunta retórica é a de se alguns lotes de carne processados podem ser cancerígenos. A revista responde, inicialmente, que todos eles são permitidos pela Agência de Vigilância Sanitária, recorrendo ao discurso de autoridade. Em seguida, afirma que só fazem mal se consumidos em grandes quantidades. A revista continua enunciando que o inquérito da polícia identificou, com “estardalhaço”, cinco substâncias que “supostamente” eram utilizadas indevidamente. O substantivo empregado rebaixa a operação como ruidosa em demasia, e o advérbio torna a identificação dúbia. Elenca as substâncias e trata de desconstruir o discurso de que são malfazejas, rebatendo com outros campos de produção discursiva, como a lei ou a literatura médica. Quanto ao uso de papelão em frangos e outros alimentos, a revista taxa como mito. Quanto à injeção de água nos produtos, ela relativiza como um prejuízo para o bolso do consumidor, e não para a sua saúde. Quanto à presença de salmonela, reconhece que a substância é perigosa, mas mitiga a sua presença em alimentos com a informação de que basta cozinhá-los bem. Quanto ao consumo de carnes vencidas, relativiza justificando que o prazo estabelecido não necessariamente e imediatamente comprometem o produto. Apesar de descrever o ato como reprovável, reafirma o controle tecnológico do setor que torna a questão impraticável. Ensina ao leitor como identificar uma carne de qualidade pela aparência que ela carrega consigo. Justifica a produção de linguiça misturada com carne de cabeça de porco como uma forma de barateamento do produto, mas que não produz qualquer mal à saúde de seus consumidores. Por fim, apresenta uma listagem de especialistas consultados para discutir sobre estas questões.

A quarta parte da matéria trata de evidenciar os casos de corrupção descobertos pela investigação da PF:

*O custo Brasil Sujo: a Operação Carne Fraca expõe mais um exemplo contundente do desastre que a corrupção associada ao fisiologismo político de Brasília é capaz de produzir. Acerto: a prisão de fiscal do Ministério da Agricultura: dos 27 superintendentes, dezenove foram indicados por políticos* (BONIN, p. 54, 2017).

Trata-se de discutir o Brasil sujo, adjetivação que em seu sentido figurado se refere a práticas moralmente condenáveis. A operação, desta vez de forma “contundente”, evidencia a corrupção associada ao corpo político. Ela se inicia se referindo a um diálogo captado pela polícia em que diretores da BRF discutem uma tentativa de extorsão de sujeitos exercendo cargos públicos indicados por políticos. Sugere que o empresariado estava se sujeitando às

exigências de uma máquina pública corrupta. O problema está, portanto, no funcionamento do público, e não do privado. Aponta alguns partidos sistematicamente envolvidos em casos de corrupção, como o PMDB e o PP, mas também relembra a corrupção da Petrobras e o que ela chama de “protagonismo do PT”. Informa que o Ministério da Agricultura está abarrotado de servidores indicados. Menciona deputados e fiscais cuja função era a de extorquir empresas por interesse próprio. Relembra a declaração de Grillo, que “errou a mão” ao sugerir inaptidão do setor com produtos saudáveis. Conclui sugerindo um dilema enfrentado pelo ministro da agricultura: se mostra coerente com seu discurso de combate a atos de ilegalidade, ou se curva aos “caciques políticos”.

A quinta seção da reportagem aprofunda os mecanismos de corrupção apontados pela investigação da polícia:

*Propina em picanhas: empresário conta como agiam os fiscais do Ministério da Agricultura que pediam dinheiro e carne para não criar dificuldades ao funcionamento de restaurantes. Prevenção: Junior Durski, que colaborou com a investigação: a propina não era para esconder problemas, mas para evita-los (FRAZÃO, p. 56, 2017).*

O título anuncia o assunto: como os agentes do governo promoviam atos de corrupção no setor. A narrativa partirá de um empresário que irá descrever como os fiscais “agiam” e como “pediam” propina para “não criar dificuldades”: eles estão posicionados como os movimentadores do esquema, ameaçando o empresariado para não criar problemas na cadeia produtora. Agora é hora de a revista capitalizar esses dizeres. A matéria se inicia anunciando que Junior Durski foi o primeiro envolvido a falar abertamente, gerando um efeito de exclusividade. Recenseia as posses do empresário à frente do grupo *Madero*, com atuação no Brasil e em Miami: como vimos acima, a revista já havia comentado sobre a recente barreira ultrapassada pelo agronegócio ao comercializar com os Estados Unidos. Continua afirmando que Durski foi “alvo” de subornos dos fiscalizadores públicos, ou seja, era obrigado, contra a sua vontade, a alimentar o esquema. Eles cobravam propina em dinheiro e em produtos, para o periódico um caso “clássico de extorsão que envolve empresários e funcionários públicos corruptos”. Enquanto o substantivo “empresários” está imune de adjetivação, “funcionários públicos” recebe a designação negativa, incutindo, uma vez mais, a impressão de que as ações eram unilaterais. O negociante testifica que pagava 4 mil reais por mês “não para esconder eventuais problemas, mas sim para evitá-los”, ou seja, a linha de produção manteve qualidade ímpar e estava sujeita apenas a possíveis distorções registradas pelos fiscais caso não fossem atendidos. Quando se trata de comentar estas ações, as orações são construídas na voz passiva com o empresariado como sujeito, verbos como “sofreu” seguido do substantivo “achaque” e

REVELLI, Vol. 12. 2020. Dossiê: Leitura: um tema a muitas mãos. ISSN 1984-6576.

servidores públicos como agentes. Depois deste início de matéria, a revista cria um bloco de perguntas e respostas com Durski. Entre elas, ele responde como colaborou com a polícia para o desmonte da corrupção; que a linha de produção de sua empresa “beira a perfeição”; como é difícil resistir às investidas dos servidores; que um diretor de sua empresa inicialmente não o informou sobre os repasses por ser um “excelente funcionário”, preservando o padrão de todo esse constrangimento; que quando soube das extorsões admoestou o diretor pelo repasse e proibiu que o fizesse; culpa o corporativismo público pela disseminação da corrupção e pelo clima de impunidade.

Por fim, a sexta e última etapa da reportagem foi preparada na forma de depoimento de um empresário:

*Navalha na carne: a operação da Polícia Federal e do Ministro Público põe em risco o trabalho de anos empregado na abertura de mercados internacionais aos produtores brasileiros (FONSECA, p. 58, 2017).*

Carne representa metaforicamente o agronegócio brasileiro, enquanto navalha é o erro da PF que neutraliza o comércio: o subtítulo especifica a alegoria do enunciado anterior, que também é título da famosa peça de Plínio Marcos, que por sua vez é ambientada de maneira decadente e reproduz a miséria moral provocada pelas injustiças sociais que padecem as personagens. O corpo do texto, escrito em primeira pessoa, é um depoimento do empresário e economista Roberto Giannetti da Fonseca. Ele inicia lembrando um acordo comercial entre o Brasil e a Nigéria que ajudou a concretizar na década de 80. Pontua a circulação de capital entre os dois países, mas também a geração de empregos e o desenvolvimento nacional como efeito multiplicador. Transportando esta realidade para o agronegócio, recenseia os aspectos positivos da indústria. Exerceu o cargo de presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, situação em que acompanhou, variadas vezes, delegações de países que fiscalizavam o andamento da cadeia de produção do setor para “os mais importantes mercados mundiais”, ou seja, possuíam um histórico respeitável de vendas. Nas ocasiões em que foram averiguados, receberam “fortes elogios” e eram cumprimentados pelo “excelente controle de qualidade sanitária”. Comentou o quanto notícias falsas ou maliciosas já foram prejudiciais para o ramo, como quando o Canadá lançou “irresponsavelmente a infundada suspeita” da doença da vaca loca no gado brasileiro, ao que o país reagiu vigorosamente e provou a falsidade das declarações. Por toda esta árdua construção, o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carnes, derrubando fronteiras em países rigorosos nos últimos anos de comercialização, como já foi analisado. No entanto, “parece agora que todo esse esforço foi em vão”. Reprova o que chama de “desastrosa”, “sensacionalista”, “escandalosa”, “genérica”

e “histriônica” declaração da polícia. Põe em perigo, graças à investigação, a credibilidade dos produtos brasileiros em geral. Ironiza, ainda, que as concorrentes do setor no mercado internacional agradecem a ação da polícia, e trata o setor do agronegócio como um ramo de “interesse nacional”.

### Considerações Finais

Fizemos um breve percurso sobre o agronegócio e alguns dos domínios discursivos em que ele se inscreve na sociedade contemporânea. Analisamos enunciados produzidos em duas modalidades: as publicidades produzidas pela indústria e as reportagens jornalísticas da ação da polícia. Em ambas, observamos como o uso de substantivos, adjetivos e verbos produziram certos efeitos de sentido; as vozes do verbo na construção das orações, dependendo de quem fosse o sujeito; os tempos verbais como produtores de sentidos variados; o interdiscurso como encadeador de significados; a relação entre discurso e imagem; a pluralidade de usos de uma mesma palavra; estratégias de construção de efeitos de real e de sentidos da convicção em relação à operação; a pertença ideológica dos enunciados a partir da maneira como foram constituídos. Percebemos que os discursos da grande mídia sobre a “Operação Carne Fraca” enfatizaram dois temas principais: a corrupção da máquina pública e a qualidade da cadeia de produção do agronegócio brasileiro, desassociando um do outro. Condena atos de corrupção sistemática do Estado e exonera a iniciativa privada, desforizando o primeiro e euforizando o segundo.

### REFERÊNCIAS

**A implosão da carne:** como a imprudência da Polícia Federal atingiu em cheio um dos maiores negócios do Brasil. *Revista VEJA*. São Paulo: Editora Abril, v. 2523, n. 13, março de 2017, 108 p.

BONIN, R.; ALVARENGA, B. A carne nem é fraca, mas o estrago é forte. *Revista VEJA*. Editora Abril, São Paulo, v. 2523, n. 13, p. 46-49, março de 2017.

BONIN, R. O custo Brasil sujo. *Revista VEJA*. Editora Abril: São Paulo, v. 2523, n. 13, p. 54-55, março de 2017.

BOTELHO, T. Mitos e verdades. *Revista VEJA*. Editora Abril: São Paulo, v. 2523, n. 13, p. 52-53, março de 2017.

CAMPBELL, U. Errou na mosca. *Revista VEJA*. Editora Abril: São Paulo, v. 2523, n. 13, p. 50-51, março de 2017.

FONSECA, R. G. Navalha na carne. **Revista VEJA**. Editora Abril: São Paulo, v. 2523, n. 13, p. 58-59, março de 2017.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRAZÃO, F. Propina em Picanhas. **Revista VEJA**. Editora Abril: São Paulo, v. 2523, n. 13, p. 56-57, março de 2017.

HERMIDA, X.; MARTÍN, M. **Operação Carne Fraca: o esquema podre que ronda os frigoríficos no Brasil**. EL PAÍS, Rio de Janeiro/São Paulo, 25 de março de 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/24/politica/1490391912\\_181027.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/24/politica/1490391912_181027.html)>. Acesso em: 25 de março de 2019.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2ª ed. Campina, SP: Pontes Editores, 2006.